



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

A região norte foi visualizada como povoação letárgica e onerosa para os cofres públicos. Assim, a principal ação governamental foi estimular os imigrantes de potencial econômico a investirem em empreendimentos nos setores de mineração e agropecuários. A implantação das grandes empresas iriam colaborar para o crescimento socioeconômico da região.

Por este edital, a Companhia de Recursos Minerais - CPRM, Sociedade de Economia mista vinculada ao Ministério das Minas e Energia de acordo com a autorização dada pela pelo Artº.6, parágrafo 2º, do Decreto-Lei nº 764 de 15 de agosto de 1969 e pelo Artº 7, parágrafo 2º de seus Estatutos, oferece, em licitação pública, os direitos em resultados das pesquisas realizadas em 10 áreas de 1.000 hectares [...]. As referidas pesquisas revelam importantes depósitos de Caulim, sendo a reserva total, conforme o Relatório de Pesquisa aprovado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral de 566.819.314 toneladas de reserva [...]. A área onde se localizam as jazidas goza de incentivos fiscais e facilidades de capacitação relacionados com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM [...]. Outros incentivos fiscais possíveis são: Isenção do Imposto de Importação e do Imposto de Produtos Industrializados (IPI) para os bens de capital [...] Poderão participar da licitação do objeto deste Edital, empresas ou grupos de empresas que tencionem associar-se sem qualquer delas esteja registradas como empresa de Mineração [...] (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 30 de setembro de 1974:3677)

No entanto, não estava nas ações do governo o modo de vida das populações pré-existentes, ou mesmo o que foi planejado não condizia com a realidade local. A partir desse momento iniciam-se os conflitos entre os grandes empresários, camponeses e indígenas pela disputa da terra. É evidente que, as representações¹¹⁵ acerca da terra diferem entre esses grupos. Para os empresários, a terra tem sentido econômico de exploração, já para os indígenas além da subsistência ela tem sentido espiritual, e para os camponeses está direcionada ao plantio e cultivo.

Quando os projetos foram engendrados no seio da região amazônica, cerceou-se o direito de viver bem entre nativos e camponeses. Foi como se os amazônidas não tivessem sensibilidade humana. O menosprezo da autoridade brasileira para com essas populações foi nítido, sendo como se elas não tivessem condições de equacionar seus problemas sociais, econômicos, culturais e políticos, as suas ações como sujeitos históricos foram invisibilizadas. Assim, seus costumes e modo de vidas não foram reconhecidos, ignorados

¹¹⁵ “As representações apresentam múltiplas configurações, e pode-se dizer que o mundo é construído de forma contraditória e variada, pelos diferentes grupos do social.” (Pesavento, 2003:41)



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

condenados a partir da visão eurocêntrica .

Não se trata de introduzir nada na vida dessas populações, mas de tirá-lhes o que tem de vital para sua sobrevivência, não só econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material e política . É como se elas não existissem, ou existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade (MARTINS,1989:16)

A percepção sobre a invisibilidade dos povos amazônicos em relação ao crescimento do capital, fez parecer que esses homens e essas mulheres não tivessem, não fizessem e não construíssem a sua própria história, quando muitas vezes novas fontes historiográficas nos denunciam que os homens e mulheres amazônicos se impuseram de forma efetiva no combate a exploração e apropriação da terra pelo capitalismo (Ibidem,MARTINS,1989:18). Não parece ser diferente da análise feita por Edward Thompson *sobre A Economia Moral inglesa no século XVIII*, onde enfatiza os motins de fome na Inglaterra, aborda a falta de resgate dos agentes sociais classificados como pessoas comuns, que não eram vistos como atores participantes no cerne das transformações sociais antecessoras à Revolução Francesa.As pesquisas historiográficas do período supracitado eram orientadas sob uma visão espasmódica da cultura popular, que não concebia pessoas comuns atuando como agentes históricos, e de forma que se elas surgissem esporadicamente em cena, eram em momentos corriqueiros de profunda perturbação social, quando sinalizada a presença dessas pessoas comuns, essas aparições eram irreprimíveis que conscientes ou auto-ativadas: não iam além de incitações econômicas.

Thompson crítica os estudos superficiais que alguns historiadores fizeram concernente a cultura popular, ele enfatiza os motins de fome que ocorrem nesse período, se opõem a visão espasmódica, diz ser possível identificar na maioria das ações populares do século XVIII, noção legitimadora . Por noção de legitimação, assim ele elucidou a trajetória dos homens e mulheres da multidão acreditavam e defendiam direitos e costumes de suas tradições.; e que geralmente eram apoiados pelo consenso comunitário. [...] (THOMPSON, 1998:150-150),

Envolvidos nesse imaginário¹¹⁶ acerca da região é que o governo e as empresas puderam avançar no processo de desenvolvimento capitalista e devastador. Um dos

¹¹⁶ “entende-se por imaginário ” um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas , construíram para si , dando sentido ao mundo (PESAVENTO:2003.p.43)



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

primeiros passos foi a colonização dos lugares e o assentamento de muitas famílias. Não é de hoje que o país adota esse tipo de processo objetivando solucionar problemas de cunho socioeconômico em vários lugares do país. Assim, transferem de um lugar para o outro milhares de famílias mas não solucionam as problemáticas advindas com os migrantes. Em 1970 cria-se o INCRA- para controlar e fomentar a distribuição de terras, o órgão foi uma promessa de reforma agrária sob o controle do Estado Nacional.

A colonização como forma planejada de proceder à ocupação de uma área é um processo que vem sendo adotado no Brasil há pelo menos dois séculos, respondendo a objetivos econômico-sociais e/ ou políticos-militares, e operando em áreas estratégicas.

É sob a égide do Incra, criado em 1970 com a finalidade de promover, executar e controlar a reforma agrária, que se monta todo um esquema de colonização em larga escala para a maior porção do espaço nacional, a Amazônia . Na verdade, trata-se de distribuir a terra sim, mas sob o controle do estado, estimulando, orientando e/ ou prevenindo os movimentos espontâneos da população. A colonização é uma estratégia que retira o controle da terra dos governos estaduais para o governo central; é entendida como capaz de solucionar conflitos sócias, absorvendo produtores sem terra, povoar a fronteira inclusive em locais estratégicos e ao mesmo tempo criar bacias de mão-de-obra locais (BECKER,1998:31-32)

Guiados pelo entusiasmo de desenvolvimento, um dos vários incentivos amparados pela lei foi o incentivo fiscal, consolidando as metas para a valorização da região.Essas leis firmavam o processo de “integração nacional” para com as demais regiões brasileiras.

Observemos algumas leis que foram elaboradas para consolidar tais propostas:

Lei nº 5.173 de 27.10.1976: extinguiu a SPVEA, criou a superintendência do desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e dispôs sobre o plano de valorização econômica da Amazônia.

Lei nº 5.172 de 27.10.1966: dispôs sobre a transformação do BCA em banco da Amazônia S.A – BASA;

Lei de nº 5.174 de 27.10.1966, dispôs sobre a concessão de incentivo fiscais em favor da região amazônica, consolidando-o e criando novos incentivos, isenções e deduções tributarias e outras providencias correlatas;

Decreto – Lei nº 288. De 28.02.67, e Decretado – Lei de nº 340, de 22.12.1967: alteram as disposições da Lei de nº 3.173, de 06.06.1957, e regularam a reorganização da Zona Franca de Manaus, como uma área de livre comercio e de incentivos fiscais especiais;

Decreto- Lei nº 291, de 28.02.1967: constituiu e delimitou a área da Amazônia Ocidental e estabeleceu incentivos para a Faixa de Fronteiras.



(Apud, OLIVIERA, 1998:36)

A Operação Amazônica efetivou as ações militares baseadas nas leis e decretos vigentes. As forças militares ocuparam a região com fins de integração à economia nacional, resguardando a terra e fortalecendo as fronteiras. Por trás de todas essas “preocupações”, o Estado afirmava sua soberania na Amazônia, através do possível sucesso econômico que camuflava o processo ditatorial, uma forma de ideologia, irmanada no pensamento nacionalista, no intuito de percorrer todo território nacional. A ocupação regional estava firmada nas bases das alianças que marcaram a nova fase do sistema capitalista no Brasil, ficando registrada “no toque de clarim da “ Operação Amazônia”.

Governo e homem de empresa do Brasil, reunidos na Amazônia sob a inspiração de Deus e norteados pelo firme propósito de preservar a unidade nacional como patrimônio, que receberam indiviso, conscientes da necessidade de promover o crescimento econômico acelerado da Região, como processo indispensável, para atingir esse objetivo valorização do homem que a habita. (OLIVEIRA, 1998:34)

A ocupação demográfica foi a saída encontrada para justificar o arsenal de projetos voltados para explorações minerais, posse de terras, mão-de-obra barata e desapropriação dos antigos moradores, todas essas ações oportunizaram a ideologia de “desenvolvimento sadio”, se assim fosse concentrada e polarizada, a ocupação de fronteiras ficavam a cargo de expressivas levas migratórias.

O emblemático “Integrar para não Entregar”, foi uma falácia para quem realmente habitou a fronteira, contraditória ao discurso de prosperidade e mudança na qualidade de vida, quando INTEGRAR significava da abertura ao capital internacional, ambicioso e devastador por onde tem passado, que em troca das explorações traria suas grandes empresas para “alavancar” e disseminar o processo capitalista na região, assim como também solidificar uma espécie de colônia de exploração abastada de uma numerosa mão-de-obra barata e desqualificada, logo suas despesas seriam abatidas pela metade, até mesmo a localidade de instalação das grande fábricas e multinacionais as quais mantinham ligações estreitas e livre acesso com a fronteira brasileira, ou seja, não ENTREGAR para quem?, nós os amazônidas?



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

Estava, portanto, inserida na lógica do endividamento externo, o “desenvolvimento” da região Amazônica sob signo militar da geopolítica da Escola Superior da Guerra.

Definida a estratégia, começou a ação. “Estava “deflagrada “Operação Amazônica”, substanciada na ideologia que serviu de lema ao projeto Rondon” Integrar para não entregar”. Na realidade na lógica de ideologia da Escola Superior de Guerra estava inscrita a passagem dos tempos das “fronteiras geográficas” para os da “fronteira ideológicas”, “era necessário entregar aos americanos para não entregar aos comunistas” (sic). Desta forma integrar significava abrir os caminhos, criar condições para que fosse possível a exploração dos recursos naturais para os grandes monopólios multinacionais, ao que tudo indica que este lema aparentemente inscrito, e por muita gente interpretado como produto da ideologia geopolítica das “ fronteiras geográficas” [...] deve ser interpretado como produto da ideologia das “fronteiras ideológicas”. O Estado brasileiro criou toda a sorte de políticas para implementar a internacionalização da economia brasileira. (OLIVEIRA,1998:31-32)

As multinacionais estadunidenses já estavam atuando sem reservas e quase que sem limites. Os principais interesses vinculados a “operação Amazônica” foram externados na primeira “Reunião de Investidores da Amazônia”, ocorrida num “cruzeiro” a Bordo do Navio Rosa da Fonseca, passaram nove dias fazendo o reconhecimento das área a serem exploradas, nesta viagem os empresários do Centro-Sul, estavam entusiasmados, firmaram o compromisso junto a ação militar, de exploração numa terra tão virgem quanto rica.

[...] a opinião geral dos participantes da viagem, quando se chegou a Belém, era a de que se tinha conseguido o milagre de redescobrir a Amazônia para as lideranças empresariais brasileiras, que despertavam, assim, não apenas para um dever de ocupação, mas, também para oportunidades novas de bons negócios numa terra tão virgem quanto rica. (Ibidem, OLIVEIRA, 1998;32)

As populações indígenas e camponesas mostraram o seu poder de articulação e consciência coletiva em prol de seus interesses, confrontando as empresas por vários momentos, de forma que conseguiram ameaçar, paralisar e desestruturar os trabalhos das construções na medida em que são implantados os grandes projetos econômicos. Porém, alguns cientistas sociais vivem um dilema que tem privilegiado a área econômica e/ou tecnológica nas pesquisas acerca dos indígenas e camponeses, aceitando, de forma natural e irremediável suas mudanças e o desaparecimento desses grupos. Numa análise reversa, esses grupos são vistos numa tentativa de sobrevivência e resistência, articulam-se como sujeitos do processo social e histórico (Ibidem, MARTINS, 1989:17), para manter vivas suas raízes,



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

modos de vida e o direito de pleitear a terra.

Os conflitos sociais na Amazônia nasce no cerne de eventos históricos autoritários como o da Ditadura militar, que de uma forma violenta contactou e fragmentou uma variedade de grupos étnicos que viviam na Amazônia: *“pelo menos 34 tribos indígena foram atraídas e conectadas na Amazônia. A partir de 1965, entre tribos até então desconhecidas e facções arredias de grupos já conhecidos, sem contar tribos fragmentadas em grupos dispersos.”*(MARTINS,1996:35)Uma das leis que serviu de escudo para os grande fazendeiros donos de fábricas foi a tutela¹¹⁷ imposta para cercear a liberdade de ir e vir (voltar para casa, adentrar as matas, caça, pescar, praticar rituais entres outros costumes). Quando impõe limites no território, é mais o encarceramento do que uma proteção, típico de quem incomoda o outro. Essa foi a solução mais cômoda encontrada pelo Estado autoritário para repudiar os antigos habitantes da região.

O território que foi limitado para os indígenas, parece ser mais uma negociata ambiciosa entre militares e oligarquias para possuir a maioria das terras *“[...] essa solução e essa tentativa resultaram do pacto entre o capital e a propriedade da terra, promovidos pelos próprios militares, consequência da associação entre militares e oligarquias”*(MARTINS,1989:23) para coibir os índios que não se intimidaram ao ver o capital avançar, revestindo-se de coragem, lutaram dando muitas vezes suas próprias vida, como aconteceu com embargo da BR 174 que liga o estado do Amazonas ao estado de Roraima, pelos Waimiris e Atroaris, na região do rio Alalaú, os dois grupos travaram uma luta com os trabalhadores da empresa licitada a executar a abertura da estrada, o resultado desses conflitos foi a morte de muitos indígenas e muitos brancos (A CRÍTICA, 14 de setembro de 1970). O certo é que os nativos se opuseram como sujeitos do processo histórico e não como objetos. Tanto foi que o Jornal a Crítica circulou a seguinte notícia:

A BR 174, que ligará Manaus a Boa vista, poderá ter seu traçado alterado para desviar-se da região habitada pelos índios Waimiris e Atroaris que, em novembro de 1968, liquidaram com a expedição do padre João Calleri, encarregado de pacificar os indígenas, para possibilitar o prosseguimento das obras da rodovia. Se aprovado, o novo traçado que está sendo estudado pelo engenheiro Wenceslau Minsk do DNER, apesar de aumentar o trajeto em cerca de duzentos quilômetros, solucionará possíveis choques com os indígenas e apresentará outras vantagens sem

¹¹⁷Tutela- lei criada para proteção do território indígena



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

que a rodovia custe mais caro (À CRÍTICA, 14 de setembro de 1970)

Os conflitos pela terra não se deram somente entre os empresários e indígenas, mas também entre os camponeses, moradores de muito tempo, ou migrantes recentes. Todos eles foram apanhados e desrespeitados pelos gananciosos donos de terras: perto de seiscentos camponeses foram assassinados em exaustivos conflitos entre os anos de 1964 e 1985.¹¹⁸ O que podemos entender desse processo histórico acerca da região amazônica e suas consequências é que os planos só conseguiram provocar a desarmonia na região. A intencionalidade governamental de fazer grandes construções, perpassando em todo território nacional por meio da transamazônica, assentou mais de cem mil famílias, tendo como intenção a colonização, assim mediante a abertura das rodovias é que se provocou o movimento migratório em vasta escala (OLIVEIRA, 1998:65)

As consequências drásticas refletiram no abandono de milhares de famílias ao longo das entradas do Pará ao Acre, de Rondônia a Roraima, aquelas promessas de esperança e prosperidade, o sonho de quem chegava acabara como um pesadelo. As falsas propagandas acarretaram uma série de problemas sociais que até hoje refletem na região. É visível que a violenta migração ocorrida nos decênios de 1970 e 1980 foi mais uma tentativa de minimizar as tensões pelo país a fora e esconder as disparidades sociais. Assim, a Valorização da Amazônia não foi além de interesses e alianças particulares entre ações do governo militar e empresários na ânsia de explorar não só as riquezas naturais, mas também as pessoas comuns que em meio a todas as represálias e dificuldades não baixaram a guarda, agiram em muitos momentos como sujeitos do processo histórico, a fim de afirmar e legitimar suas ações na luta de terra.

Referências

BECKER, Berta, **Amazônia**, São Paulo: Ática, 1998.

BRASIL, Decreto-Lei nº 764 de 15 de agosto de 1969, oferece em licitação pública, os direitos em resultados de pesquisa realizadas em 10 áreas de 1.000 hectares. Diário Oficial. 30 de set. 1974. Sessão 1, pt. 2, p. 3677-78. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3225564/pg-13-secao-2-diario-oficial-da-uniao-dou-de-30-09-1974/pdfView>. Acesso em 25 de mar. 2014

¹¹⁸ de 1964-1985, quase 600 camponeses foram assassinados em conflitos na região amazônica, ver no artigo de José de Souza Martins (1996:25-70)



**30º ENCONTRO
REGIONAL NORTE
DE HISTÓRIA DA MÍDIA**

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

BRASIL, Marília de Carvalho, Os **fluxos migratórios na região Norte na décadas de 70 e 80: uma análise explorativa**. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/geral/texto%20online/amazonia/brasil.pdf> Acessado em: 05 de maio de 2013 FOUCAULT, Michel, A ordem do discurso aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3ª Ed. Loyola, São Paulo, 1996.

HABERT, Nadine. **A década de 70: O apogeu e a crise da ditadura militar brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1994.

OLIVEIRA, José Aldemir. **A Igreja Arma sua tenda na Amazônia**. Manaus: Valer, 2000.

JORNAL À CRÍTICA, 14 de abril de 1970.

JORNAL À CRÍTICA, 14 de setembro de 1970.

JORNAL DO COMÉRCIO, 23 de outubro de 2006, Edição comemorativa em homenagem aos 337º anos da cidade de Manaus.

MARTINS, José de Souza. A Chegada do Estranho. In: Jean Hébert, (org.) **O CERCO ESTÁ SE FECHANDO**, Belém Vozes, 1989.

_____ **O tempo da fronteira**. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social; Ver. Sociol, USP. S. Paulo, 1996.

OLIVEIRA, Arivaldo Umbelino de. **INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR; políticas públicas e Amazônia**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Revista da ACA. apud. Ferreira, Sylvio Mário Puga. **A dinâmica da economia amazense do período de 1950-1990**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1994.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum: estudos sobre cultura tradicional**, São Paulo: editora, 1998.



30 ENCONTRO
REGIONAL NORTE
DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

Jornal do Rio Branco (1916-1919): O projeto beneditino de civilização na vila de Boa Vista do Rio Branco

Luís Francisco Munaro¹¹⁹

Maurício Elias Zouein¹²⁰

Este artigo propõe, antes de perceber as consequências historiográficas da publicação do *Jornal do Rio Branco*, investigar os objetivos e desdobramentos políticos que uma tipografia exerceu na vila de Boa Vista do Rio Branco por meio da construção de um pano de fundo histórico. Revela-se nisso a proposta de que a cultura letrada transmitida por meio do jornalismo exercia um papel importante no fornecimento de uma consciência e identidade vinculadas aos sentidos de organização e civilidade (ANDERSON, 1989). O jornal, nesse sentido, exprimia o sentimento e a vontade da população local de ingressarem na grande nação que, na alvorada do século XX, estava sendo forjada. A República e suas promessas revelavam planos grandiosos de urbanidade da qual os amazônicos negociavam sua participação, seja através do seu ingresso na cultura letrada ou através da promessa de aderir a costumes urbanos e civilizados, adequados a uma nação que buscava se libertar do estigma do atraso.

Esta proposta de estudo, noutras palavras, é investigar os desdobramentos da inserção da cultura letrada em Boa Vista a partir de duas janelas de leitura: na primeira, nos fixamos às relações de poder religioso e político na vila de Boa Vista do Rio Branco durante as duas primeiras décadas do séc.XX; na segunda parte, proporcionamos ao leitor uma reflexão sobre o impacto das buscas civilizatórias na produção do *Jornal do Rio Branco*, no bojo do qual reside uma preocupação sempre constante com a inclusão de Boa Vista na civilização brasileira.

A construção da identidade na Amazônia foi atravessada, durante o período republicano, por ambiguidades que resultaram na incompatibilidade da paisagem regional com a identidade nacional. Esse, aliás, tornou-se o grande problema do século XX: a maioria dos grandes projetos nacionais de integração foram incapazes de penetrar as

¹¹⁹Professor do Curso de Jornalismo da UFRR.

¹²⁰Professor do Curso de Jornalismo da UFRR.



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

fronteiras instáveis ou nem sequer imagináveis da Amazônia. Alguns desses equívocos são retratados, de forma emblemática, pelas produções artísticas de Hahneman Bacelar¹²¹ (1948-1971). Suas pinturas retratam a subserviência de uma Amazônia vista como celeiro, raiz de um povo cuja miscigenação apagou os traços autóctones de expressão e manifestação histórica (Apud. SOUZA, 1977). O historiador Márcio Souza acrescenta que o processo de construção de uma civilidade branca resultou no apagamento gradativo da identidade do amazônico: num primeiro momento, diante da metrópole portuguesa, na encarnação das atividades missionárias e expedições militares; num segundo, diante do discurso nacional que, a tudo vinculando, incorporou em sua estrutura povos de atrações e fisionomias bastante diversificadas. Para entendermos esse fracionamento da identidade, a História do papel escrito possui valor fundamental.

No percurso de criar uma nação e dar corpo a um conjunto de histórias, a Amazônia foi cuidadosamente pintada e repintada, segundo pressões pragmáticas exercidas muitas vezes “de cima para baixo”. Parte desse problema da construção da história amazônica se dá em virtude de uma relação precária com a própria concepção de história, incapaz de perceber as tensões implícitas em discursos que mencionam a mansidão, resiliência ou mesmo a preguiça do índio. Essas pressões que soterraram a identidade amazônica tiveram como principais eixos as atividades missionárias e militares.

É curiosa, nesse sentido, a sensação transmitida pelo colonizador *Aguirre*¹²² que, retratado por Werner Herzog (1942-), distribui significados para o mato indistinto, na esperança de fundar um novo reino tropical. Ocupar a terra erma era fundar e situar espaços, criar sentidos específicos, por meios tão diversificados quanto operações cartográficas e abertura de picadas¹²³. Paralelo ao grande drama amazônico que se desenrolou nas margens do Amazonas, uma grande variedade de narrativas são deixadas em segundo plano. São os dramas dos sertões...

A ocupação de Boa Vista¹²⁴ exprime um destes dramas. Vinculada ao crescimento

¹²¹ Pintor amazonense que cometeu suicídio na cidade de Belém no dia 22 de Fevereiro de 1971.

¹²² Aguirre foi conhecido por *El Loco* e tornou-se célebre por sua última expedição que desceu o Rio Amazonas a procura do *El dorado*.

¹²³ Pequenos caminhos abertos em mata fechada por meio de facões e enxadas.

¹²⁴ Em 1858 o comandante do Forte São Joaquim era Inácio Lopes de Magalhães que possuía uma fazenda de nome Boa Vista às margens do rio Branco, onde, no dia 9 de novembro, desse mesmo ano, a freguesia de Nossa Senhora do Carmo situada na foz do rio Catrimani é transferida conforme a lei nº 92. Em meado do séc. XIX o forte São Joaquim entra em declínio e apenas o povoamento de N. S^a do Carmo já com o nome de



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

de Manaus, a cidade foi oficializada durante o ciclo da borracha, sendo responsável por fornecer produtos agropecuários para os pólos produtores do ouro branco. Essa ocupação revelou, numa escala menor, os próprios conflitos que implicavam a chegada da civilização nas regiões remotas da selva amazônica. A capital de Roraima na época denominada vila de Boa Vista do Rio Branco permaneceu durante muito tempo um experimento agropecuário, clamando às autoridades situadas em Manaus pelo contato mais frequente com a civilidade.

Em janeiro de 1907, D. Miguel Kruse enviou ao Cardeal Merry Del Von, secretário de Estado do Papa Pio X, um relatório em que descrevia as condições precárias do trabalho missionário no vale do Rio Branco. D. Miguel afirmava, na ocasião, que [...] “tribos” inteiras já teriam caído, presas dos “missionários da heresia”, como preferia dirigir-se aos pastores anglicanos que se estabeleceram na fronteira do Brasil com a Guiana Inglesa a partir da segunda metade do século XIX (VIEIRA, 2007, p.89). A organização jurídica das prelaças foi determinada em 1903 garantindo sua autonomia frente às dioceses. Nesse mesmo ano, o Bispo do Amazonas propôs aos monges Beneditinos, recém chegados da Alemanha para os mosteiros brasileiros, que evangelizassem os povos indígenas no Vale do Rio Branco. Somente a partir de 15 de agosto de 1907, com o decreto pontifício *E Brasiliانا e Reipublica e dioecesibus* aconteceu a primeira divisão eclesiástica no Amazonas com a criação da prelaça do Rio Branco.

A Paróquia de Nossa Senhora do Carmo foi entregue aos beneditinos pelo padre Manuel Furtado em 1909 (Fotografia 01) onde encontraram as tensões políticas, econômicas e culturais orquestradas por meio do poder, da posse da terra e do gado. Os principais beneditinos foram D. Acário Demykn, D. Adalberto Kaufmelh, D. Beda Goppert, D. Boaventura Barbier e o Bispo prelado do Rio Branco D. Gerardo van Caloen, que em 1916 passou a ser o editor do *Jornal do Rio Branco*. Os padres recém-chegados puseram-se a trabalhar em prol de uma grande reforma na pequena capela (Fotografia 02), que durou por volta de quatro anos até seu término em 1913. Foi nesse momento que a Matriz de Nossa Senhora do Carmo começou a ganhar seu contorno em estilo germânico.

Boa Vista continua a existir. O Município de Boa Vista é criado com o decreto 49 em 9 de julho de 1890. O então governador do Amazonas, Augusto Ximeno de Ville Roy, promove a freguesia de Nossa Senhora do Carmo à vila de Boa Vista do Rio Branco tendo como primeiro prefeito o senhor João Capistrano da Silva, isso em 25 de julho de 1890.